

## - Obtenção de dados pessoais

Os seguintes tipos de informações pessoais podem ser coletados, armazenados e utilizados por este tabelionato: nome, RG, CPF, telefone, sexo, biometria. Assim também, como dados pessoais extremamente sensíveis, como fotos, vídeos, entre outros.

Os seus dados pessoais serão tratados de acordo com os princípios contidos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018

## - Finalidade de tratamento dos dados pessoais

Este Tabelionato poderá utilizar esses dados pessoais sempre que necessário, nas seguintes condições:

- 1- Cadastro e uso para a qualificação dos atos notariais;
- 2- Prestar comunicação obrigatória aos órgãos públicos e às Centrais Eletrônicas de Serviços Notariais Compartilhados- CENSEC;
- 3- Enviar informações relativas à área notarial e a serviços jurídicos, quando for solicitado expressamente pelo usuário;
- 4- Enviar notificações por e-mail, WhatsApp, redes e mídias sociais, quando solicitadas pela parte interessada ou usuário do serviço;

Com exceção das comunicações obrigatórias por lei, o Tabelionato não pode fornecer as informações e dados pessoais para terceiros, principalmente com finalidade comercial ou propaganda.

O tabelionato fica autorizado a compartilhar as informações pessoais do usuário do serviço aos seus funcionários, tabeliães, centrais notariais de Atos Compartilhados, em especial a Plataforma do e-notariado, companhias seguradoras, consultores profissionais, agentes, fornecedores ou subcontratados, para o cumprimento dos deveres legais.

Este Tabelionato deverá divulgar as informações pessoais dos usuários: em cumprimento do Código Civil e da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973); em cumprimento de ordem da Corregedoria Geral da Justiça ou de autoridade pública; em decorrência de pedido de certidão, conforme determinado pela Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973), e segundo os critérios determinados pelas normas da Corregedoria Geral da Justiça de Estado de Pernambuco; e, por fim, para estabelecer, exercer ou defender direitos legais, incluindo o fornecimento de informações a terceiros para fins de prevenção e redução de fraudes de lavagem de dinheiro, nos termos do provimento 88/2020 do Conselho Nacional de Justiça-CNJ.

O 1º Cartório de Notas e Ofício da Cidade de Exu-PE, poderá compartilhar os dados pessoais fornecidos pelos usuários dos serviços notariais, quando:

- 1- For solicitado pela própria pessoa titular dos dados ou por terceiro autorizado
- 2- Qualquer pessoa com legítimo interesse, devidamente comprovado, solicitar;
- 3- Por determinação legal ou em virtude das normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado ou do Conselho Nacional de Justiça.



# POLÍTICA DE PRIVACIDADE



## - Transferência Internacional de Dados

As informações coletadas ou armazenadas não serão processadas e transferida para outros países.

## - Tempo de armazenamento das informações pessoais

As informações pessoais processadas para qualquer finalidade ou propósito, em especial para a identificação das partes e sua qualificação nos atos notariais, são mantidas por tempo indeterminado, necessário ao cumprimento das finalidades legais.

Para o cumprimento legal dos atos notariais, os dados pessoais fornecidos e armazenados por este Tabelionato, não podem mais ser excluídos.

O Tabelionato deve manter arquivado os documentos, incluindo documentos eletrônicos, contendo dados pessoais, na medida que: estiver obrigado por força de Lei; se o Tabelião entender que os documentos serão necessários para qualquer processo contínuo ou procedimentos legais futuros; e para estabelecer, exercer ou proteger direitos e prerrogativas legais, em especial para fornecer informações a terceiros para fins de prevenção de fraudes.

## - Segurança dos Dados Pessoais

O 1º Cartório de Notas e Ofício da Cidade de Exu-PE em conformidade com o Provimento nº 74 de 31/07/2018-CNJ, adota as devidas precauções técnicas e organizacionais para evitar a perda, uso indevido ou alteração de suas informações pessoais.

## - Direito do cliente no acesso a suas informações

O cliente ou usuário dos serviços notarias do 1º Cartório da Comarca de Exu poderá nos instruir a guardar ou fornecer qualquer informação pessoal armazenada sobre sua pessoa. O fornecimento dessas informações estará sujeito aos seguintes critérios:

- O tabelionato poderá armazenar as informações pessoais, para que sejam atendidas as exigências de identificação e qualificação das partes, necessárias para a celebração dos atos notariais, como assim prescrito pelo código civil

## - Direito do Cliente na exclusão de seus dados

As informações pessoais armazenadas nos registros do Tabelionato, serão por tempo indeterminado, de caráter vitalício e imprescritível, por se tratar do registro público, sujeito ao regime da Lei 6.015/1973 e as exigências de qualificação das partes e seus procuradores, como assim determinadas pelo código civil. Porém, se houver algum dado que possa ser descartado ou excluído, o Tabelionato deverá atender a solicitação dirigida pelo titular do dado ou informação.

## - Compartilhamento dos dados pessoais com Órgãos Públicos, fornecedores e terceiros

Este cartório poderá disponibilizar os dados e informações dos usuários a terceiros, especialmente órgãos públicos do Poder Executivo, Judiciário e outros cartórios ou



# POLÍTICA DE PRIVACIDADE



serviços notariais e de registro público, para a execução de algumas das atividades citadas nesta política. Essa cessão poderá também ser promovida para a execução de contratos mantidos entre o cartório e terceiros, desde que esse terceiro não faça uso diverso das finalidades aqui estipuladas.

## - Esclarecimento sobre nossa Política de Privacidade

O 1º Cartório de Exu se compromete a manter rígido controle interno sobre o acesso aos dados e informações pessoais das partes, usuários e clientes. Somente alguns funcionários e prepostos desse cartório terão acesso aos dados constantes nos nossos registros, e limitados para a execução dos serviços notariais assim definidos em lei. Somente serão disponibilizados os dados pessoais às Autoridades Públicas quando a requisição for feita de acordo com as prerrogativas previstas em lei para os Juízes de Direito, Ministério Pública e Fazenda Pública. Este Tabelionato não efetuará o fornecimento de dados, quando não estiverem em conformidade com as determinações legais da Corregedoria Geral da Justiça.

Este Tabelionato buscou comunicar a Política de Privacidade com o maior nível de simplicidade e clareza. Se por qualquer razão o usuário considerar que alguma informação não se mostrou clara, deverá entrar em contato com nossos serviços, através do e-mail: [cartoriodeexu1@yahoo.com.br](mailto:cartoriodeexu1@yahoo.com.br)

## - Legislação

- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)- Lei nº 13.709/2018.
- Lei de Registros Públicos 6.015/1973
- Provimento nº 74 de 31/07/2018 CNJ